



**Ministério das Finanças
e do Fomento Empresarial**

**Direção Nacional do Orçamento
e da Contabilidade Pública**

OE 2023

SINTESE INFORMATIVA DA EXECUÇÃO DE DEZEMBRO

Janeiro 2024

ÍNDICE

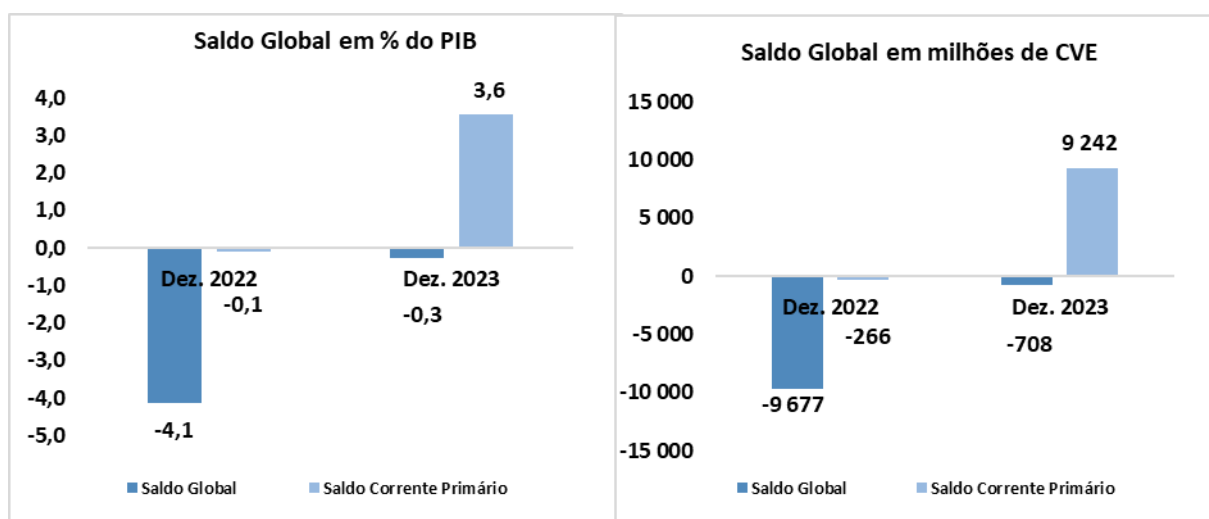
1.	Síntese Geral de Execução Orçamental	3
2.	Análise das Receitas Totais	5
2.1.	Receitas (não inclui venda de ativos)	6
2.2.	Venda de Ativos Não Financeiros	9
3.	Análise das Despesas e Ativos Não Financeiros	9
3.1.	Por Classificação Económica	9
3.2.	Despesas	10
3.2.1.	Ativos Não Financeiros	13
3.3.	Por Tipo de Financiamento	14
4.	Dívida Pública	15

1. Síntese Geral de Execução Orçamental

O Saldo Global provisório, em dezembro de 2023, foi negativo em 707,6 milhões de CVE, traduzindo-se num défice de 0,3% do PIB. Esse resultado reflete uma melhoria de 3,8 p.p. comparativamente ao mesmo período de 2022.

Relativamente ao saldo corrente primário em percentagem do PIB, regista-se uma melhoria de 3,7 p.p., face ao período homólogo, fixando-se em 3,6%, decorrente da melhoria da performance das receitas arrecadadas, justificado essencialmente pela retoma da atividade económica.

Gráfico 1 - Evolução dos Saldos



Fonte: MFFE - DNOCP

Os resultados provisórios da execução orçamental em dezembro de 2023, comparativamente ao mesmo período de 2022, decorrem:

- do aumento das receitas totais em 23,1% (+12.160,8 milhões de CVE), registando uma evolução positiva em diferentes agregados;
- do acréscimo das despesas totais em 5,1% (+2.952,2 milhões de CVE), registando um agravamento em quase todas as componentes das despesas, com destaque às despesas com pessoal, aquisições de bens e serviços, juros correntes, benefícios sociais, subsídios e transferências;
- do acréscimo da execução dos ativos não financeiros líquidos em 5,7% (239,2 milhões de CVE), relativamente ao período homólogo do ano transato.

Quadro 1 - Evolução das Operações Financeiras do Estado

(em milhões de CVE)

	2022		2023		Grau Exec	Tax. Hom
	Orç. Inicial	Conta IV Trim	Orç. Inicial	Conta IV Trim		
1. Total Receitas	58 196	52 663	64 238	64 824	100,9	23,1
1.1 - Receitas Correntes (excluindo donativos)	54 215	50 532	58 230	61 363	105,4	21,4
Impostos	41 184	44 146	44 350	49 699	112,1	12,6
Segurança Social	71	82	71	75	104,5	-8,6
Transferências (donativos)	3 982	2 131	6 009	3 461	57,6	62,4
Corrente	2 820	1 542	2 970	2 661	89,6	72,6
Capital	1 162	590	3 038	800	26,3	35,7
Outras Receitas	12 960	6 304	13 808	11 590	83,9	83,8
2. Total Despesas	62 112	58 146	66 108	61 098	92,4	5,1
Despesas com Pessoal	24 326	21 985	24 581	22 358	91,0	1,7
Aquisição de Bens e Serviços	12 390	10 420	14 765	11 971	81,1	14,9
Juros Correntes	5 541	5 376	5 877	5 867	99,8	9,1
Subsídios	1 008	1 965	2 022	2 576	127,4	31,1
Transferências	6 663	5 647	6 502	5 840	89,8	3,4
Corrente	6 097	5 216	5 899	5 390	91,4	3,3
Capital	566	431	604	450	74,5	4,4
Benefícios Sociais	8 316	9 010	9 143	9 664	105,7	7,3
Outras despesas correntes	3 868	2 877	3 218	1 906	59,2	-33,7
Valor a regularizar	0	867	0	917	-	5,8
3. Resultado Operacional Bruto	-3 916	-5 483	-1 869	3 726	-199,3	-168,0
4. Ativos não Financeiros	10 217	4 194	11 156	4 434	39,7	5,7
Compra ativos não financeiros	10 625	4 631	11 904	4 573	38,4	-1,3
Venda ativos não financeiros	408	437	747	139	18,6	-68,2
5. Saldo Global (1-2-4)	-14 134	-9 677	-13 026	-708	5,4	-92,7
Saldo global (em percentagem do PIB)	-6,0	-4,1	-5,0	-0,3	-	-
Saldo Corrente Primario	1 029	-266	1 573	9 242	-	-
Saldo Corrente Primario (em percentagem do PIB)	0,4	-0,1	0,6	3,6	-	-
Saldo global Primário (5+juros)	-8 592	-4 301	-7 149	5 159	-	-
Saldo global Primário (em percentagem do PIB)	-3,7	-1,9	-2,7	2,0	-	-
6. Financiamento	14 134	10 528	13 026	218	-	-
6.1 Ativos Financeiros	-4 363	-535	1 955	-167	-	-
Empréstimos Concedidos Mi - Amortizações	120	198	194	284	-	-
Empréstimos Concedidos Mi - Concedidos	-2 513	-1 075	-1 851	-465	-	-
Acções e Outras Participações Mi - Aquisição	-2 651	-2 716	-2 200	-2 200	-	-
Depósitos Cert. Poup. Mi - Levantamentos	681	3 059	3 685	2 215	-	-
6.2 Passivos Financeiros	18 497	11 063	11 071	2 600	-	-
Interno líquido	11 412	6 279	6 641	2 198	-	-
Sistema bancário	11 597	7 962	6 828	710	-	-
Empréstimos obtidos Pmi - Amortizações Leasing	-185	-120	-187	-80	-	-
Despesa por compensar na conta do Tesouro no BCV	0	719	0	255	-	-
Pagamento de Cheques e transferência em trânsito	0	-613	0	-799	-	-
Outras operações de tesouraria	0	-2 969	0	-1 195	-	-
Sistema não bancário	0	1 301	0	1 091	-	-
Externo líquido	7 085	4 784	4 430	403	-	-
Empréstimos obtidos Pme - Aquisições	16 089	12 263	15 013	10 187	-	-
Empréstimos obtidos Pme - Amortizações	-9 005	-7 479	-10 606	-9 784	-	-
7.GAP Financiamento (5 - 6)	0	851	0	-489	-	-

Fonte: MFFE – DNOCP

2. Análise das Receitas Totais

As receitas totais da Administração Central (incluindo vendas de ativos não financeiros) realizadas até dezembro de 2023 cifraram-se em 64.963,0 milhões de CVE, registando um acréscimo na ordem de 22,3%, comparativamente ao período homólogo.

Quadro 2 - Receitas Públicas Orçamentais

(em milhões de CVE)

Mapa I - Receitas por Classificação Económica	2022		2023		Grau Exec	Tax. Hom
	Orç. Inicial	Conta IV Trim	Orç. Inicial	Conta IV Trim		
Impostos	41 184	44 146	44 350	49 699	112,1	12,6
Imposto único sobre rendimentos	11 230	9 634	10 968	11 982	109,2	24,4
IR-PS	6 799	6 434	6 923	6 468	93,4	0,5
IR-PC	4 431	3 201	4 045	5 514	136,3	72,3
Outros impostos directos	649	539	165	658	398,6	22,0
Tributo Especial Unificado - TEU	617	539	132	657	497,4	21,9
Taxa de Incêndio	31	1	33	1	2,8	48,1
Imposto sobre bens e serviços	20 129	23 136	23 037	26 073	113,2	12,7
Imposto sobre o valor acrescentado	15 826	17 906	17 939	20 236	112,8	13,0
IVA DGA	8 934	10 918	9 551	10 527	110,2	-3,6
IVA DGCI	6 892	6 989	8 389	9 709	115,7	38,9
Imposto consumo especial	2 477	3 146	2 605	3 106	119,2	-1,3
Taxa de Tabaco	323	385	470	465	98,9	20,9
Contribuição turística	475	735	946	1 288	136,1	75,2
Taxa ecológica	728	685	756	693	91,7	1,1
Taxa estatística aduaneira	300	278	320	285	88,9	2,3
Impostos sobre transações internacionais	8 407	10 025	9 351	10 157	108,6	1,3
Direitos de importação	8 067	9 593	8 991	9 729	108,2	1,4
Taxa comunitaria CEDEAO	340	433	360	428	118,7	-1,2
Outros impostos	769	811	829	829	100,0	2,2
Imposto de selo	719	754	769	776	101,0	2,9
Imposto especial sobre jogos	50	57	60	53,1	87,9	-6,1
Segurança Social	71	82	71	75	104,5	-8,6
Contribuições para a segurança social	0	81	71	74	104,6	-8,5
Outras Contribuições	0	1	1	1	98,6	-11,8
Transferências	3 982	2 131	6 009	3 461	57,6	62,4
De Governos Estrangeiros	3 378	1 341	5 225	2 821	54,0	110,4
Ajuda Orçamental	825	221	849	769	90,5	248,5
Ajuda Alimentar	300	128	98	103	104,5	-19,7
Donativos directos	2 253	957	4 278	1 949	45,6	103,7
De Organizações Internacionais	80	401	302	258	85,4	-35,7
Das Administrações Públicas	523	389	481	382	79,3	-1,8
Outras Receitas	12 960	6 304	13 808	11 590	83,9	83,8
Rendimentos de propriedade	5 444	336	5 562	5 030	90,4	1398,0
Venda de bens e serviços	5 957	5 282	6 716	5 676	84,5	7,5
Multas e outras penalidades	342	264	361	425	117,7	60,8
Outras transferências	337	122	391	233	59,6	90,6
Outras receitas diversas e não especificadas	880	301	778	226	29,1	-24,8
Receitas	58 196	52 663	64 238	64 824	100,9	23,1
Ativos e Passivos	408	437	747	139	18,6	-68,2
Ativos não Financeiros	408	437	747	139	18,6	-68,2
TOTAL RECEITAS	58 604	53 100	64 986	64 963	100,0	22,3

Fonte: MFFE – DNOCP, a partir do GRE.

2.1. Receitas (não inclui venda de ativos)

Até dezembro de 2023, as receitas arrecadadas totalizaram o montante de 64.824,1 milhões de CVE, registando um acréscimo de 23,1%, comparativamente ao período homólogo. Esta performance resulta do aumento da arrecadação em sede dos impostos diretos (+24,2%), dos impostos indiretos (+9,1%), das outras receitas (+83,8%) e das transferências (+62,4%), conjugado com a diminuição da segurança social (-8,6%).

Em relação aos impostos diretos, é de se destacar que o acréscimo 24,2% decorre da evolução das receitas arrecadadas em sede do:

- Imposto sobre Rendimentos das Pessoas Singulares, que se situou, no período em análise, em 6.468,1 milhões de CVE, registando um aumento de 34,5 milhões de CVE, resultante da evolução positiva das categorias A, C e E em 7,4%, 5,9% e 8,5%, respetivamente, da cobrança dos montantes negociados em prestação, que no período totalizaram 75,7 milhões de CVE e do montante cobrado via encontro de contas no valor de 31,3 milhões de CVE. Comparativamente à previsão, verificou-se que apenas a categoria E superou o montante previsto para o ano, tendo o IRPS registado uma cobrança abaixo do previsto em (454,7 milhões de CVE; 6,6%).
- Imposto sobre Rendimentos das Pessoas Coletivas, que se cifrou, no período, em 5.513,8 milhões de CVE, dos quais, 2.688,6 milhões de CVE provenientes do imposto sobre lucro e 2.825,2 milhões de CVE do pagamento fracionado, ficando acima da cobrança registada no período homólogo anterior, em 2.313,0 milhões de CVE (+72,3%) e da previsão, em +1.468,4 milhões de CVE (+36,3%). A performance de arrecadação resulta do aumento exponencial da cobrança em sede do imposto sobre lucro e do fracionado de março, agosto e novembro, bem como, da cobrança de montantes negociados em prestações no valor de 744,1 milhões de CVE e do montante cobrado via encontro de contas no valor de 84,2 milhões de CVE, superando a previsão orçamental fixado em 4.045,4 milhões de CVE.
- Tributo Especial Unificado (TEU), que registou, no período em análise, execução de 657,0 milhões de CVE, traduzindo-se num acréscimo de 21,9% (+118,1 milhões de CVE), comparativamente ao mesmo período do ano anterior, justificado pelo crescimento da

atividade económica e da cobrança de dívidas negociadas em prestações, cujo montante ascendeu os 63,5 milhões de CVE.

- A cobrança da Taxa de Incêndio (TI) no período em análise foi quase nula, uma vez que, constitui num imposto que é cobrado, essencialmente, no mês de junho com a entrega das contas dada a sua incidência sobre a coleta do IRPC.

Quanto aos impostos indiretos, o acréscimo de 9,1% deveu-se, essencialmente, às variações conjugadas das seguintes rúbricas:

- Imposto sobre o Valor Acrescentado – o IVA registou no período em análise uma execução de 20.236,0 milhões de CVE, apresentando uma variação homóloga positiva na DGCI e negativa na DGA. Por fonte de arrecadação, constatou-se que 52,0% (+10.527,3 milhões de CVE) foi realizada pela DGA e 48,0% (+9.708,7 milhões de CVE) pela DGCI, sendo que no IVA-DGA apurou-se um decréscimo de 3,6% (-390,3 milhões de CVE) e no IVA-DGCI um acréscimo de 38,9% (+2.720,2 milhões de CVE). Esta evolução positiva reflete o aumento da cobrança registado, essencialmente, nos setores de:
 - Alojamento e restauração (+1.814,1 milhões de CVE; 124,9%);
 - Comércio por grosso e a retalho (+221,3 milhões de CVE; 13,3%);
 - Atividades administrativas e de serviços de apoio (+152,8 milhões de CVE; 33,7%);
 - Indústrias transformadoras (+ 141,4 milhões de CVE; 18,5%); e
 - Atividades de informação e de comunicação (+120,0 milhões de CVE;16,5%).

Também é de assinalar a cobrança de montantes via encontro de contas e de dívidas negociadas em prestações, que no período atingiram os valores de 206,3 e 19,6 milhões de CVE, respetivamente, e o aumento do número de contribuintes que efetivaram o pagamento do imposto, passando de 2.055 em 2022 para 2.215 em 2023.

- Contribuição Turística – a receita totalizou, no período, o montante de 1.288,2 milhões de CVE, representando um aumento em face ao montante cobrado no mesmo período de 2022 cerca de 75,2% (+553,1 milhões de CVE), justificado pelo aumento substancial da procura turística registado em 2023. Em relação à previsão, verificou-se também, uma cobrança acima do montante estipulado para o período, em 341,8 milhões de CVE (+36,1%).

- Impostos sobre Transações Internacionais - essa receita registou um acréscimo 1,3% (+131,3 milhões de CVE), quando comparado ao mesmo período do ano anterior. A performance desses impostos está intrinsecamente ligada à importação. Em termos desagregados, em face ao período homólogo de 2022, verificou-se uma variação positiva quer ao nível do direito de importação (DI) em 1,4% (+136,4 milhões de CVE), justificado pelo aumento da importação, mas também pelo desagravamento de taxas, quer ao nível da taxa comunitária CEDEAO em 1,2% (-5,1 milhões de CVE), bem como pelo aumento generalizado de preços importados.
- Imposto de Selo – a cobrança em sede do imposto totalizou o montante de 776,0 milhões de CVE, dos quais 485,7 milhões de CVE provenientes das operações financeiras e 290,3 milhões de CVE dos atos jurídicos documentados, registando um acréscimo de 21,5 milhões de CVE (+2,9%) em face ao período homólogo anterior e de 7,3 milhões de CVE (+1,0%) quando comparado com a cobrança prevista para o ano.
- Imposto especial sobre jogos - a cobrança em sede desse imposto foi de 53,1 milhões de CVE, registando um decréscimo de 6,1% face ao período homólogo, mas abaixo da previsão em 10,8%.
- A Taxa de Tabaco registou uma arrecadação de 465,0 milhões de CVE, correspondente a um aumento de 20,9% (+80,4 milhões de CVE), quando comparado ao período homólogo, em face ao agravamento de taxas.
- A Taxa Estatística Aduaneira com uma arrecadação de 284,6 milhões de CVE correspondente a um incremento 6,3 milhões de CVE, quando comparado ao período homólogo.

Relativamente às transferências (com destaque aos donativos), registou-se uma execução de 3.460,8 milhões de CVE, apresentando um aumento de 62,4% (+1.329,8 milhões de CVE), comparativamente ao período homólogo de 2022. Esta performance decorre, essencialmente, do acréscimo das transferências de governos estrangeiros em +1.480,0 milhões de CVE, justificado pelos donativos diretos.

No concernente às “outras receitas”, verifica-se um acréscimo de 83,8% (+5.285,4 milhões de CVE), em face da arrecadação no período homólogo do ano anterior, justificado, essencialmente, pela conjugação da performance das seguintes rúbricas:

- Rendimentos de propriedade (+4.694,0 milhões de CVE), justificado, essencialmente, pela entrada da renda de concessões aeroportuárias;
- Venda de bens e serviços (+394,6 milhões de CVE), impulsionada pelas taxas de prestação de serviços podendo-se destacar a taxa de serviços de passaportes, de segurança aeroportuárias, segurança marítima, dos emolumentos e custas judiciais; dos registos e notariado, dos emolumentos pessoais dos Serviços aduaneiros e guarda-fiscal; e
- Multas e outras penalidades (+160,6 milhões de CVE), sobretudo decorrente de arrecadação de multas por infrações ao código da estrada e juros de mora.

2.2. Venda de Ativos Não Financeiros

Em dezembro de 2023, as receitas provenientes de vendas de ativos não financeiros totalizaram 139,0 milhões de CVE, correspondendo a um decréscimo de 68,2% (-298,0 milhões de CVE), comparativamente ao período homólogo, justificado essencialmente, por vendas pontuais registadas no ano 2022, que não ocorreram em 2023.

3. Análise das Despesas e Ativos Não Financeiros

3.1. Por Classificação Económica

As despesas totais (incluindo ativos não financeiros), em dezembro de 2023, atingiram os 65.670,7 milhões de CVE, registando um acréscimo de 4,6% em relação ao período homólogo de 2022.

Quadro 3 - Evolução das Despesas Totais por Classificação Económica

(em milhões de CVE)

Mapa II - Despesa por Classificação Económica	2022		2023		Grau Exec.	Tax. Hom
	Orç. Inicial	Conta IV Trim	Orç. Inicial	Conta IV Trim		
Despesas com Pessoal	24 326	21 985	24 581	22 358	91,0	1,7
Remuneração Certas e Permanentes	22 206	19 949	22 414	19 964	89,1	0,1
Segurança Social	2 120	2 036	2 167	2 394	110,4	17,6
Aquisição de Bens e Serviços	12 390	10 420	14 765	11 971	81,1	14,9
Juros Correntes	5 541	5 376	5 877	5 867	99,8	9,1
Dívida interna	3 413	3 330	2 315	3 285	141,9	-1,4
Dívida externa	2 052	2 006	3 486	2 505	71,9	24,9
Outros encargos	76	40	77	77	100,6	93,7
Subsídios	1 008	1 965	2 022	2 576	127,4	31,1
Transferências Correntes	6 663	5 647	6 502	5 839,7	89,8	3,4
Governos Estrangeiros	504	152	598	239	39,9	57,1
Organismos Internacionais	472	96	474	165	34,8	71,2
Administração Pública	5 687	5 399	5 431	5 352	98,5	-0,9
Para Outras Entidades	0	0	0	84	0,0	0,0
Benefícios Sociais	8 316	9 010	9 143	9 664	105,7	7,3
Outras Despesas Correntes	3 868	2 877	3 218	1 906,0	59,2	-33,7
Valor a regularizar	0	867	0	917,0	0,0	5,8
Despesas	62 112	58 145,9	66 108	61 098	92,4	5,1
Ativos e Passivos	10 625	4 631	11 904	4 573	38,4	-1,3
Ativos não Financeiros	10 625	4 631	11 904	4 573	38,4	-1,3
TOTAL DESPESAS	72 737	62 777	78 012	65 671	84,2	4,6

Fonte: MFFE – DNOCP, a partir do SIGOF

3.2. Despesas

A 31 de dezembro de 2023, as despesas (excluindo ativos não financeiros) executadas totalizaram o montante de 61.098,1 milhões de CVE, registando um acréscimo de 5,1% em relação ao executado em 2022. Esta evolução resultou do aumento generalizado da execução de várias rubricas de despesas nomeadamente, Despesa com o Pessoal (1,7%), Aquisição de bens e serviços (+14,9%), Subsídios (+31,1%), Juros correntes (+9,1%), Transferências (+3,4%), Benefícios Sociais (+7,3%) e conjugado com a diminuição de Outras Despesas (-33,7%), conforme abaixo se apresenta:

- As “despesas com o pessoal” evidenciou um acréscimo na ordem dos 1,7% (373,4 milhões de CVE) decorrente, essencialmente, da rubrica Contribuição para Segurança Social (+346,5 milhões de CVE), justificado pelo processamento de pagamento das

contribuições, na decorrência da implementação do novo sistema de envio da FOS (Folha Ordenado e Salário).

- A “Aquisição de bens e serviços” registou um acréscimo de 14,9% (+1.550,2 milhões de CVE) relativamente ao período homólogo do ano anterior, resultante, essencialmente, do aumento das seguintes sub-rubricas:
 - i. “Assistência Técnica - Residentes” (+1.250,8 milhões de CVE) na sequência da execução do projeto “Sistema Integrado de Controlo de Fronteiras” derivado do contrato celebrado entre Ministério da Administração Interna e a ZETES para fornecimento de bens e serviços, “Harmonização e melhoria das Estatísticas na Africa Ocidental”; destacando o pagamento do IV Inquérito das despesas e receitas na África Ocidental; “Implementação do Plano de Reinserção Social” e “Turismo Resiliente e Desenvolvimento na Economia Azul em Cabo Verde /UGPE” e “Reestruturação do setor empresarial do Estado”;
 - ii. “Assistência Técnica – Não Residentes” (+282,0 milhões de CVE) no âmbito de prestações de serviços ao sector da Justiça (SNIAC) referente a produção personalizada e envio de CNI (Cartão Nacional de Identificação), TRE (Título de Residência Estrangeiro); “Preparação projeto Cabo Verde Digital” e “Reestruturação do Setor Empresarial do Estado”;
- A despesa com os juros registou um acréscimo de 9,1% (+490,9 milhões de CVE), comparado com o mesmo período de 2022, resultado do aumento das despesas com os juros da dívida externa em 24,9% (+498,6 milhões de CVE), comparativamente ao período homólogo de 2022. Parte desta performance resulta da conclusão do período das moratórias do serviço da dívida concedida pelos nossos credores bilaterais e comercial, bem como pela variação cambial.
- Os “Subsídios” registaram um acréscimo de 31,1% (+611,2 milhões de CVE), em face aos subsídios transferidos no mesmo período de 2022, justificado no âmbito da Resolução n.º 54/2021 de 16 de abril (resultante de indemnização compensatória anual pelas obrigações de serviço público de transporte marítimo de passageiros e cargas inter-ilhas) e dos subsídios às empresas petrolíferas e de eletricidade, no âmbito das medidas de políticas para reforçar a resiliência do sistema petrolífero/energético e do sistema

alimentar do país, face a escalada de preços a nível internacional, na decorrência da crise internacional causada pela guerra entre a Rússia e a Ucrânia. Medidas estas adotadas através das Resoluções nº 28/2022 de 25 de março e nº 64/2022, de 10 de junho.

- Os “Benefícios Sociais” aumentaram 7,3% (+654,3 milhões de CVE), justificado essencialmente, pela dinâmica esperada do aumento do número dos pensionistas, traduzindo num aumento dos encargos de pensões de aposentação 8,0% (+434,3 milhões de CVE), pensões do regime não contributivo em 10,4% (+200,7 milhões de CVE), pensões de sobrevivência em 13,7% (+49,4 milhões de CVE), bem como Pensão de velhice em 5,1% (+7,9 milhões de CVE).
- As “Transferências” tiveram um agravamento de 3,4% (+192,8 milhões de CVE), comparado com o mesmo período do ano transato, impulsionado pelo aumento das despesas na rubrica:
 - i. Quotas aos Organismos internacionais correntes em 71,4% (+68,6 milhões de CVE);
 - ii. Municípios corrente em 2,0% (+75,9 milhões de CVE), justificado pelo projeto “Reforço do sistema alimentar das famílias em situação aguda de insegurança alimentar e nutricional” financiado pela FAO/donativos, do acordo de crédito novos blocos residencial Sal e Boavista decorrente dos contratos programas financiados pelo Fundo Desenvolvimento do Turismo e do projeto “Serviço de Desenvolvimento do setor das pescas” com financiamento das receitas consignada do Fundo das pescas, na atribuição de apoios juntos dos pescadores; e
 - iii. Outras Transferências de Administração Pública de Capital em (+30,0 milhões de CVE), no âmbito do programa de promoção de oportunidades socioeconómicas rurais III fase.
- As “Outras Despesas Correntes” apresentaram um decréscimo de 33,7% (-970,8 milhões de CVE), comparativamente ao mesmo período de 2022, justificado pela diminuição das rubricas Organizações não Governamentais em 489,4 milhões de CVE (no âmbito da subvenção do Estado referente às eleições autárquicas, legislativas e

presidenciais de outubro de 2020, maio 2021 e outubro 2021 respetivamente) e Indeminizações em 467,5 milhões de CVE.

O valor da despesa por regularizar, em dezembro situou-se na ordem dos 917,0 milhões de CVE, referente aos adiantamentos efetuados às Missões Diplomáticas e Postos Consulares e à Comissão Nacional de Eleições, que são posteriormente regularizadas, que decorrerá no processo de consolidação das contas públicas, aquando da apresentação das contas de gerência.

3.2.1. Ativos Não Financeiros

A execução dos “Ativos Não Financeiros” ascendeu ao montante de 4.572,6 milhões de CVE, registando uma variação negativa em termos absolutos, de 58,8 milhões de CVE, comparativamente à execução de 2022.

O montante executado decorre, essencialmente, nas seguintes unidades orçamentais: “Programa de reabilitação, requalificação urbana e acessibilidades” com uma execução de 1.029,5 milhões de CVE, “Terminal de cruzeiros” com uma execução de 831,5 milhões de CVE, “Habitações sociais” com execução de 220,3 milhões de CVE, “Construção da nova escola da Várzea” com uma execução de 215,8 milhões de CVE, “Aquisição de bens e serviços” com uma execução de 183,4 milhões de CVE, “Construção, ampliação e remodelação de infra-estruturas educativas” com uma execução de 128,8 milhões de CVE, “Funcionamento-Tribunal de Contas com uma execução de 110,2 milhões de CVE, “Construção e reabilitação de infraestruturas desportivas” com uma execução de 104,5 milhões de CVE, “Sistema de transmissão e distribuição de energia em CV em 6 Ilhas” com uma execução de 96,4 milhões de CVE, “Abastecimento de água e saneamento de águas residuais da Ilha de Santo Antão” com uma execução de 94,0 milhões de CVE, “Recentragem de gestão de ativos” com uma execução de 74,0 milhões de CVE, “Ampliação do centro de saúde de Boa Vista” com uma execução de 57,8 milhões de CVE, “Modernização da DNRE” com uma execução de 54,3 milhões de CVE, “Capital humano-setor habitação” com uma execução de 53,0 milhões de CVE, “Aquisição de viatura para Policia Nacional” com uma execução de 48,0 milhões de CVE, “Funcionamento - Assembleia Nacional” com uma execução de 45,8 milhões de CVE, “Obras de requalificação da cadeia central da Praia” com uma execução de 45,2 milhões de CVE.

3.3. Por Tipo de Financiamento

No que tange ao financiamento das despesas executadas, nota-se que 91,7% das despesas totais (despesas e ativos não financeiros) foram financiadas com recursos do Tesouro e 8,3% com recursos externos.

Ao nível dos recursos externos:

- Os donativos, na modalidade de ajuda a projetos diretos, totalizaram o montante de 2.061,4 milhões de CVE, equivalente a 37,7% do total do financiamento externo, sendo os financiadores com maior execução, o Luxemburgo com 519,4 milhões de CVE, a Holanda com 221,2 milhões de CVE, as Nações Unidas com 200,5 milhões de CVE, o P.N.U.D com 162,7 milhões de CVE, o Global Environment Fund com 160,6 milhões de CVE, o Portugal com 132,7 milhões de CVE, a União Europeia com 91,0 milhões de CVE, os Donativos internos com 71,5 milhões de CVE, a O.M.S com 67,9 milhões de CVE, a Nama Facility-Giz com 58,1 milhões de CVE, a Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o desenvolvimento com 58,0 milhões de CVE, F.A.O com 54,1 milhões de CVE, e a F.I.D.A com 36,2 milhões de CVE.
- Os empréstimos externos ascenderam, a 3.352,2 milhões de CVE, equivalente a 61,3% do total do financiamento externo. Esses financiamentos foram canalizados para 15 programas, com destaque para os seguintes projetos: “Terminal de cruzeiros” (610,3 milhões de CVE), “Turismo resiliente e desenvolvimento da economia azul em Cabo Verde/UGPE” (443,5 milhões de CVE), “FADSTMI- Sistema para o desenvolvimento do setor de transporte marítimo Inter-Ilhas” (363,9 milhões de CVE), “Harmonização e melhoria das estatísticas na África Ocidental” (252,0 milhões de CVE), “Preparação projeto Cabo Verde digital” (228,0 milhões de CVE), “Poser - Programa de promoção de oportunidades socioeconómicas rurais III fase” (207,5 milhões de CVE), “Reestruturação do setor empresarial do Estado” (197,0 milhões de CVE), “Sistema integrado de controlo de fronteiras (174,0 milhões de CVE), Capital humano - setor educação” (116,5 milhões de CVE), “Sistema de transmissão e distribuição de energia em CV em 6 Ilhas” (96,4 milhões de CVE), “Implementação de rendimento social de inclusão” (92,4 milhões de CVE), “Energia renovável e melhoria da eficiência energética nos serviços públicos” (88,3 milhões de CVE), “Gestão das privatizações das SOE” (72,6

milhões de CVE), “Preparação e resposta a Covid-19” (70,1 milhões de CVE), “Preparação do projeto acesso ao financiamento Mpmes” (60,8 milhões de CVE).

Quadro 4 - Evolução das Despesas Totais por Tipo de Financiamento

(em milhões de CVE)

Financiamento	OE	Dezembro	Grau Exec.	Peso %
Interno	65 397	60 199	92,1	91,7
Tesouro (Rec. Int.)	64 490	59 603	92,4	99,0
OFN	907	596	65,7	1,0
Externo	12 615	5 472	43,4	8,3
Donativo	4 692	2 061	43,9	37,7
Empréstimo	7 834	3 352	42,8	61,3
Ajuda alimentar	88	58	65,9	1,1
Total da Despesa	78 012	65 671	84,2	100,0

Fonte: MFFE – DNOCP, a partir do SIGOF.

4. Dívida Pública

Em 31 de dezembro de 2023, o stock da dívida pública, atingiu o montante de 296.098,2 milhões de CVE, cabendo à dívida interna 93.446,0 milhões de CVE (35,9% do PIB) e à dívida externa 202.652,2 milhões de CVE (77,9% do PIB). Nesta sequência, o rácio dívida pública/PIB¹ atingiu os 113,9%, cerca de 11,8 p.p. abaixo do registado em dezembro de 2022.

Quadro 6 – Evolução da Dívida Pública

(em milhões de CVE)

	dezembro 22	dezembro 23	Var. Hom	% PIB/22	% PIB/23
Estoque Global	295 441,1	296 098,2	0,2	125,7	113,9
Dívida Interna	90 897,0	93 446,0	2,8	38,7	35,9
Dívida Externa	204 544,1	202 652,2	-0,9	87,0	77,9

Fonte: MFFE – DGT

¹ Considerou-se o *rebasing* do PIB.